

SÃO VICENTE E A AÇÃO PATRIOTICA DE UM SENADOR

Como homenagem ao Dr. Flávio Carvalho Guimarães, ex-Senador pelo Paraná e figura de relevo nas letras pátrias, aqui reproduzimos um de seus iluminados pareceres relacionado com a História do Brasil.

O PARECER Sobre São Vicente

O parecer do Sr. Flávio Guimarães favorável ao projeto da Câmara que eleva a categoria de monumento nacional o conjunto arquitetônico e urbanístico de São Vicente, no Estado de São Paulo é o seguinte:

“São Vicente, pela mais alta representação social e política, envia extenso memorial cheio das grandes invocações históricas da nacionalidade e ao relembrar o

acontecimento de ser a velha cidade onde madrugou o Brasil, solicita que seja ela elevada à categoria de Cidade Monumeto da História Pátria ou São Vicente Célula Mater do nascimento do Brasil.

Todo o conteúdo lúcido e patriótico do memorial relembraria o derramar de painas espirituais nas almas que amam o Brasil e lhe ressaltam o passado, através de verdadeiros hinos de bravura e de esforço e parece que lhe brota dos textos aquilo a que os romanos chamavam de “aroma cívico”, na solidariedade contínua, humana da união e sobrevivência das pátrias.

Ajusta-se o memorial ao dispositivo constitucional que é de evidente clareza e sabedoria:

As obras, os monumentos e documentos de valor histórico e artístico como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza, ficam sob a proteção do poder público. (art. 175)

O memorial traduz com inegável certeza o alto nacionalismo de que São Paulo sempre demonstra estar presente com entusiasmo na continuidade tranquila do Brasil. É-nos de utilidade para melhor esclarecimento do assunto sintetizar o pensamento dominante do precioso e nobre documento:

Para tomar posse efetiva das terras brasileiras D. João III dividiu-as em capitâncias, e nomeou o primeiro donatário Martim Afonso de Souza, “Senhor das Vilas de Ancoentre e Tagarro, Alcaide-Mor do Rio-Maior” e a 20 de Novembro de 1530 era entregue a Martim Afonso de

Souza a Carta Régia, para descobrir terras e distribui-las para os que o acompanhassem. E partiu para a colonização do Brasil e muito antes de sua chegada, São Vicente “já era importante povoação fortificada, com suas casas europeias e suas torres de pedra para a defesa dos moradores, com o seu arsenal ou estaleiro para a construção de navios costeiros, como prova o Islario de Alonso de Santa Cruz e como descreve o “Diário da Viagem” de Diogo Garcia, ambos de 1526 e 1530”.

Aos 22 de Janeiro de 1532 aportou à ilha de São Vicente, desembarcou no abrigo já povoado e fundou a Vila do mesmo nome: **nascia o Brasil Político**.

Fundou em São Vicente os três primeiros engenhos de açúcar do Brasil, o Engenho da Madre de Deus, o Engenho de São João e o Engenho do Governador, acompanhado da entrada de gado vacum em terras brasileiras: **nascia o Brasil Econômico**.

E prosseguindo nessa fatalidade histórica a secular cidade organiza as bandeiras à cata de ouro e luta contra o índio e os piratas: defende, ampara e consolida a obra de colonização e povoamento do Sul do Brasil “durante o século XVI e parte do XVII, produzindo como consequência a fundação de Paranaguá para o lado do Sul, de São Sebastião para o lado do Norte Mogi das Cruzes, Santo Amaro, Paranaíba e outras vilas para o lado do platô”. E nessa expansão colonizadora, nas

primeiras lutas e no derramamento do primeiro sangue, no misturar dos esforços e unhas na batalha contra os gentios, **nascia a Pátria**.

E cheia de sadio nacionalismo, o memorial recorda tranquilamente das verdades que jamais poderiam ficar sepultadas, ou poderiam ficar esquecidas e cujo reavivar revigora a alma na confiança dos destinos brasileiros.

Pouco mais tarde, diz o documento a que aludimos, como mãe que era, sem um queixume, entregava a São Paulo de Piratinha as regalias que lhe cabiam de séde de capitania.

Alastrava-se o povoamento.

O Brasil cresce.

O Brasil luta e se revigora.

O Brasil trabalha.

O Brasil define a sua posição no centro das nações.

Humilde, esquecida, São Vicente renova-se em energias.

Participa das lutas democráticas. Quer ainda contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

Quer fazer ouvir a sua voz entre todos, para com orgulho dizer:

Aqui nasceu o Brasil.

Aqui nasceu o Brasil.

... “nenhuma cidade, em todo o Brasil, pode disputar a São Vicente a glória de pioneira e criadora de uma pátria”.

O eminentíssimo Sr. Gilberto Freire propôs substitutivo em que dá ao Poder Executivo a autorização de organizar, na cidade de São Vicente, um museu de História Colonial, que será constituído principalmente com os remanescentes da antiga Vila Colonial, porventura encontrados na atual cidade e outros pontos do território paulista”.

Entendemos que, inicialmente, para não modificar o substitutivo e de novo voltar para a Câmara em idas e vindas deveremos aceitar a idéia da instituição do museu de história colonial, o qual será o testemunho perene da presença do Brasil na imortal São Vicente e poderá atrair os estudiosos e os artistas que iriam obter inspiração espiritual nos fatos ou realidades presentes, que vieram do passado longínquo. Seria o zélio estético do homem pelo trabalho do seu próprio futuro.

A idéia também vem amparada pelo prestígio do eminentíssimo Sr. Rodrigo de Andrade, Diretor Geral do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em resposta à douta Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, sobre a consulta que lhe foi feita em torno da fundação do museu colonial, em São Vicente, após declarar que o museu, pode constituir-se pelos remanescentes históricos que forem encontrados, especifica: “Assim, por exemplo, a matriz de São Vicente, embora totalmente reconstruída, conserva, além de imagens antigas, o sacrário e quatro colunas da primitiva igreja do colégio dos jesuítas. Por sua vez, o Museu Paulista inclui em suas coleções uma preciosa pedra de frontaria, com a data de 1559, que recorda aquele templo erigido pelos padres da Companhia. Mediante entendimentos do Governo Federal com o Poder Público Estadual e as autoridades e instituições eclesiásticas, é de crer que se pudesse concentrar no museu que ora se cogita um acervo bastante apreciável de peças illustrativas da história colonial brasileira, direta ou indiretamente ligadas à vistosa cidade paulista e à sua ação como núcleo irradiador da administração e do povoamento da capitania vicentina”. E diz: As linhas gerais de organização desse estabelecimento seriam as que vêm sendo observadas na instalação de museus da mesma natureza, em outros pontos do território nacional”.

Vejamos, para encerramento da argumentação, o comentário do Sr. Temístocles Cavalcanti ao artigo constitucional citado:

“Quando a Constituição assegura a proteção do Estado, há-de entender proteção efetiva, contra a destruição, o abandono, a mutilação, a deformação mesmo sob o ponto de vista puramente estético”.

Vê-se, assim, que o projeto está em condições de ser aprovado.

Sala das Comissões, em 1 de Março de 1950. — Flávio Guimarães, Presidente e